

## PERCURSO E SIGNIFICADO DE UM SÍMBOLO GREGO NA MEMÓRIA E NO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PELOTAS, RS: A ESCULTURA DO DEUS MERCÚRIO, DA TORRE DO MERCADO.

ISABEL HALFEN DA COSTA TORINO<sup>1</sup>; FABIO VERGARA CERQUEIRA<sup>2</sup>

*Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - bel.torino@hotmail.com;*

*<sup>2</sup> (orientador) Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) - fabiovergara@uol.com.br*

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende abordar aspectos da trajetória patrimonial de um ícone do patrimônio cultural pelotense que esteve desaparecido por longo tempo, mas que continua presente no imaginário pelotense e que até hoje ainda é reivindicado por uma pequena parcela da população: trata-se da escultura em metal que representa o deus Mercúrio na mitologia romana ou Hermes na mitologia grega. Ela esteve fixada no alto da torre do Mercado Municipal de Pelotas desde aproximadamente 1914, desaparecendo entre a década de 1950 e 1960.

Após esta provável data, existe uma grande lacuna na história deste personagem no cenário pelotense. À falta de documentação sobre a origem da escultura, somam-se Informações escassas e, por vezes, contraditórias. Seu reaparecimento ocorreu somente na década de 1990, quando o Mercúrio foi resgatado das mãos de uma família pelotense. Dele, restavam apenas a parte de cima, uma perna, um pé e o caduceu<sup>1</sup>. Após o resgate, os restos da escultura foram guardados no Museu da Biblioteca Pública de Pelotas e teve prosseguimento uma mobilização que já se iniciara no desaparecimento do Mercúrio, para a sua recuperação e volta ao local de origem.

Se no reconhecimento de um objeto como patrimônio histórico está implícito o desejo de preservação, as reivindicações patrimoniais podem ser consideradas como modos de expressão da memória e identidade cultural. Nesse sentido, Gonçalves (2007, p. 14) diz que um vasto conjunto de objetos materiais circula significativamente em nossa vida social por meio das categorias culturais ou sistemas classificatórios. Conforme o autor, “nós separamos, dividimos e hierarquizamos esses objetos, dando existência e significado a eles”.

Nas mobilizações patrimoniais a favor do Mercúrio, pode-se observar diferentes práticas e formas de engajamento. A escultura passou por intervenções de restauro que não foram documentadas e apresentaram alguns problemas. Atualmente, ela se encontra fragilizada, necessitando de exames específicos que possam avaliar sua composição e estrutura interna.

---

<sup>1</sup> Informações veiculadas pelo Jornal Diário Popular com o título “Historiadora e preservacionista lutam pelo retorno do Mercúrio à torre do mercado”, em 10 de fevereiro de 2003. Matéria também veiculada em meio eletrônico Disponível em: < [http://srv-net.diariopopular.com.br/10\\_02\\_03/mercurio.html](http://srv-net.diariopopular.com.br/10_02_03/mercurio.html)>. Acesso em 26/02/2014.

Desde que reapareceu, a escultura esteve abrigada no Museu da Biblioteca Pública e após, mais recentemente, no prédio da Secretaria Municipal de Cultura – SECULT. Embora sejam instituições que deveriam ser responsáveis pela tutela deste bem cultural, ambos não possuem registros da passagem ou permanência do Mercúrio, nem tampouco das intervenções que ele sofreu.

Atualmente, a peça encontra-se em uma sala destinada ao Memorial do Mercado Municipal. Ela foi conduzida ao local há praticamente um ano, quando se comemorava a Semana do Patrimônio (12 a 18 de agosto de 2013).

Na atuação dos diversos atores sociais, Prats (2009, p. 21) considera como principais agentes os poderes políticos e a sociedade, ressaltando a importância de notáveis apoios como os poderes econômicos e os interesses acadêmicos, pelas habilidades de seus técnicos nas negociações patrimoniais. Do ponto de vista da construção social no processo de patrimonialização, Prats (2009, p.19) destaca a diferença entre “puesta en valor”, isto é, a atribuição de valor ao patrimônio e à “ativação”, que ele caracteriza como a própria atuação sobre ele, ou seja, as práticas patrimoniais.

Sob o olhar de alguns documentos de proteção patrimonial, propõe-se uma reflexão sobre as ações sofridas por este bem cultural ao longo do tempo e também sobre as relações dos diversos atores sociais implicados nas práticas patrimoniais ocorridas no processo de descontextualização deste patrimônio cultural pelotense. Questiona-se por que, após reaparecido, o Mercúrio não teve a proteção a que tinha direito? Porque não foi cobrada nas intervenções de restauro uma postura condizente com as recomendações dos documentos patrimoniais? Se ele faz originalmente parte de um complexo que foi tombado<sup>2</sup>, – o Mercado Público – teoricamente ele faz parte também desse patrimônio, tendo direito – e dever – de ser preservado e considerado como bem móvel ou integrado a esse local. Sendo país signatário da UNESCO, o Brasil, e, por conseguinte os seus estados e municípios, têm no mínimo um comprometimento com as recomendações e diretivas resultantes das convenções para a salvaguarda do patrimônio cultural.

## 2. METODOLOGIA

O método para desenvolver este trabalho consiste na realização de pesquisa em fontes primárias e secundárias. A documentação primária trata de indícios que incluem documentos textuais (jornais) e imagens (fotografias e cartões postais). A investigação concentra-se em periódicos da Biblioteca Pública Pelotense, notícias e relatórios da Intendência Municipal veiculados naquela época e em imagens do Laboratório de Acervo Digital da Universidade Católica de Pelotas que, além de documentarem a permanência do Mercúrio na torre do Mercado, revelem a existência de outros Mercúrios não mais presentes na arquitetura da cidade.

---

<sup>2</sup> Segundo o Decreto 5.551, de 11 de setembro de 2012, que regulamenta o funcionamento do Mercado Público de Pelotas, Capítulo I Artigo 1º, este é um bem cultural tombado através do Termo de Tombamento S/N de 04 de maio de 1985, como Patrimônio Histórico do Município de Pelotas. Informação disponível em: <[http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse\\_legislacao/decretos/2012/Decreto5571.pdf](http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/decretos/2012/Decreto5571.pdf)>. Acesso em 08/02/2014.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que esta pesquisa encontra-se em andamento, alguns objetivos e metas ainda necessitam ser desenvolvidos. O maior número de informações, até o momento, foi obtido em pesquisa no acervo de periódicos da Biblioteca Pública, o que contribuiu de modo importante ao trabalho ao conferir um “valor documental” ao histórico do Mercúrio em Pelotas, já que não se obteve acesso a sua origem e documentação. A etapa de pesquisa em fotografias e cartões postais está em fase inicial.

Por tratar-se de tema multidisciplinar, este trabalho possui, também, como objeto de pesquisa, a abordagem da proteção do patrimônio cultural dos bens móveis e integrados, considerada tão defasada em relação aos bens imóveis na cidade de Pelotas. Assim, ao abordar a trajetória deste ícone do patrimônio cultural pelotense sob o olhar da percepção, de como essa população o recebe e valoriza, procura-se não perder de vista, também, aspectos relacionados a sua conservação e restauração, ao avaliar os procedimentos já sofridos pela escultura. A estimativa é de prover um estudo para uma futura intervenção mais responsável sobre essa peça, constituindo-se como perspectiva a valorização desse bem patrimonial que pertence à história de Pelotas e a sua identidade cultural.

Ao buscar apoio na legislação de proteção patrimonial, observa-se que no Brasil, a vasta literatura existente relativa aos instrumentos de proteção ao patrimônio cultural privilegia, em sua maioria, os bens imóveis, enquanto que os bens móveis e integrados acabam ficando com uma pequena parcela desse tratamento. Para completar este quadro desigual, a proteção dos bens culturais móveis é defasada em relação à do patrimônio imobiliário (FONSECA, 2009, p.179).

### 4. CONCLUSÕES

Ao refletir sobre a proporção de bens culturais efetivamente tombados ou mesmo inventariados nas cidades brasileiras consideradas históricas verifica-se que existe uma disparidade grande entre o discurso e a prática patrimonial, isto é, os bens físicos desprotegidos juridicamente são infinitamente mais numerosos que os bens efetivamente protegidos. Pelotas é uma dessas cidades em que se pode observar essa desigualdade, mesmo sendo integrante do PAC<sup>3</sup> Cidades Históricas e do Monumenta, ambos coordenados pelo IPHAN.

Essas constatações, por ora, só permitem conduzir a algumas reflexões preliminares sobre o percurso patrimonial do Mercúrio pelotense: as questões que envolveram o seu desaparecimento, a sua deterioração, as intervenções de restauro sofridas e os procedimentos e tentativas frustradas de proteção refletem

---

<sup>3</sup> PAC- Programa de Aceleração do Crescimento.

as falhas de gestão dos órgãos públicos que deveriam ter sido responsáveis pela sua tutela, preservação e pelo seu retorno à comunidade pelotense.

Para além da pura crítica, trata-se de questionar essas posturas e mobilizações nos processos de patrimonialização na tentativa de provocar dúvidas, gerar reflexões e mesmo discussões que venham estimular uma nova concepção de proteção aos bens móveis e integrados, mais ajustadas ao nosso contexto ou, no mínimo atualizar as já existentes.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTA DE VENEZA 1964. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em:  
18/06/2013.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP. 2006.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios**. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em:

<[http://nau.ufsc.br/files/2010/09/antropologia\\_dos\\_objetos\\_V41.pdf](http://nau.ufsc.br/files/2010/09/antropologia_dos_objetos_V41.pdf)>. Acesso em  
16/01/2014

KÜHL, B. M. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do museu paulista. 2010, vol.18, n.2, pp. 287-320. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n2/v18n2a08.pdf>> Acesso em 24/09/2013.

**Lei 2708/82**. Disponível em: <<http://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/497517/lei-2708-82>> Acesso em 18/10/2013.

PRATS, L. **Concepto y gestión del patrimonio local**. Cuadernos de Antropología Social Nº 21, p. 17-35, 2005. Disponível em:  
<<http://ica.institutos.filo.uba.ar/seanso/modulos/cas/n21/n21a02.pdf>>. Acesso em  
18/11/2013.